



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG

XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

SNBU 2014

Eixo Temático: Organização e serviços de informação

Mediação documentária na biblioteca universitária: estudo comparativo
Brasil/França

Modalidade da apresentação: Comunicação oral



SNBU 2014

Belo Horizonte - MG

XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender a realidade das bibliotecas universitárias na França e no Brasil. Com base no atual contexto internacional que promete a "sociedade da informação", o estudo aqui proposto compreende uma pesquisa exploratória, a qual busca esclarecer os respectivos contextos entre os dois países a fim de analisar os primeiros elementos de um estudo comparativo sobre a mediação no âmbito das bibliotecas universitárias francesas e brasileiras. Este projeto faz parte de uma pesquisa de doutorado que envolve uma universidade brasileira e um laboratório francês e se baseia em uma rede de pesquisadores franco-brasileiros ligados a instituições de ensino e pesquisa nos dois países e criada a partir de pesquisas em ciências humanas e sociais.

Palavras-chave: Biblioteca universitária; informação; mediação; treinamento de usuários.

ABSTRACT

This study aimed to understand the reality of university libraries in France and Brazil. Based on the current international context that promises "information society", the study proposed here comprises an exploratory research, which seeks to clarify the respective contexts between the two countries in order to analyze the first elements of a comparative study on mediation in context of university libraries in France and Brazil. This project is part of a doctoral research, which involves a Brazilian university and a French laboratory and relies on a network of French-Brazilian researchers linked to research and educational institutions in the two countries and created from research in the humanities and social.

Keywords: University Library; information; mediation; training users.



1 Introdução

A formação de usuários das bibliotecas compreende uma das missões dos profissionais da informação. Na França ela suscita numerosas pesquisas em Ciência da Informação e Comunicação, mas também no campo da Educação. Tais pesquisas demonstram, a partir da observação de coortes de estudantes, que a inserção nos cursos universitários de atividades voltadas para a iniciação em recuperação e uso da informação foi fator de sucesso entre eles. (COULON, 1993).

A *American Library Association* (ALA) produziu recomendações para destacar as seções de aprendizagem nas bibliotecas que servem como modelo ou inspiram os bibliotecários em escala internacional, mas que são aplicadas de maneiras diversas. Ora, no contexto atual onde se pretende uma “sociedade da informação”, mantêm-se a confusão entre acesso generalizado feito pelas redes digitais e a prática da exploração da informação. Que esperam as autoridades universitárias dos profissionais da informação, bibliotecários e documentalistas, produtores de ferramentas intermediárias (análises, catálogos)? Qual mediação documentária esses últimos asseguram aos usuários? Como se configuram nas universidades os espaços de mediação documentária como as bibliotecas?

Essa problemática preliminar serve para explorar tais questionamentos com o objetivo de compreender a realidade das bibliotecas universitárias na França e no Brasil a fim de elaborar uma hipótese geral que orienta uma pesquisa de doutorado em Ciência da Informação. Tal pesquisa deverá precisar, *a posteriori*, o modelo francês de formação dos usuários para compará-lo com o modelo brasileiro. Esta investigação, donde a parte exploratória se apresenta aqui, inscreve-se nas temáticas de pesquisa da rede Mediação e Usos Sociais dos Saberes e Informação (MUSSI) de pesquisadores franco-brasileiros em cooperação com o Laboratório de Estudos e de Pesquisa Aplicada em Ciências Sociais da Universidade e do Instituto de Tecnologia Paul Sabatier (LERASS/UPS-IUT), e o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA).

Após precisar os conceitos empregados e ter descrito o contexto dos dois países em questão, uma apresentação do conjunto de dados pesquisados até o momento nos documentos oficiais, para esta fase preliminar, servirá para aprofundar o questionamento e para definir o fio condutor da pesquisa.



2 Revisão de Literatura

2.1 Informação, documento e Ciência da Informação

Segundo o *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation* o termo informação é definido como “o registro do conhecimento com o objetivo de sua transmissão” (CACALY et al., 1997, p.297, tradução nossa). Essa definição implica que esse conhecimento esteja inscrito sobre um suporte e dotado de uma representação capaz de reproduzir o real de maneira simbólica.

A informação é considerada como elemento fundamental da sociedade da informação e do conhecimento, cuja importância é ressaltada por impulsionar o desenvolvimento econômico e social, agregando valor a quem a possui, seja pessoa física ou jurídica. Porém, a essa visão sobre a informação vem sendo agregada outra que advém de pesquisas e estudos que a consideram não como elemento isolado, mas como pertencente ao processo comunicacional, o qual mobiliza diferentes elementos, processo este que está inserido num contexto social, que é dinâmico e que tem modificado também o perfil dos profissionais da informação.

Para Jean Meyriat, um dos fundadores da Ciência da Informação e Comunicação (SIC) na França, a informação é um “*connaissance transmise et acquise, constitutive de savoirs*”. O autor destaca o valor comunicacional da informação e sua importância para a pesquisa em SIC, por considerar o processo no qual ela se insere que leva à aquisição de conhecimentos não apenas num movimento mecânico, mas por meio dos sentidos que nela estão implicados e que são decifrados pelos atores na comunicação. Diferentemente de *renseignement* (informação), cuja utilidade é imediata, Meyriat aponta para a utilidade durável da informação, indispensável por definir como o conhecimento será adquirido. (MEYRIAT, 1981).

Conforme Senie-Demeurisse e Couzinet, a noção de informação apresenta-se sob duas vertentes: uma voltada para a ótica da prática profissional, e outra como o conjunto de conhecimentos a serem transmitidos. Baseando-se em Jean Meyriat, as autoras destacam o conceito de informação e seu valor comunicacional, pois, em sua visão, a informação não tem nenhum efeito se não for efetivamente apreendida. Ela deve ser capaz de modificar o saber de quem a recebe, seja implícita ou explicitamente. (SENIE-DEMEURISSE; COUZINET, 2011, p.21)

Ao discutir o passado, o presente e o futuro da noção de informação, Rafael Capurro



(2008) analisa etimologicamente a origem do termo, identificando uma dimensão passada, cuja época reporta-se à Grécia antiga e aos filósofos gregos, demonstrando a importância da ontologia e epistemologia grega para o entendimento do termo informação. Nesta etapa, a informação está ligada não apenas aos discursos orais, mas também aos documentos oficiais escritos e de acesso público. Para demarcar a informação no tempo presente, o autor aponta o surgimento da sociedade da informação a partir da segunda guerra mundial, destacando a informação como um elemento fundamental para o funcionamento da sociedade, da mesma forma que o capital, o trabalho e as matérias primas. Nessa perspectiva, a informação é o novo motor da sociedade, e daí decorre o sentido objetivo empregado à informação na era moderna (tempo presente). Para o futuro, a noção de informação ainda requer uma maior sustentabilidade, principalmente considerando a apropriação dada a este conceito pela Ciência da Informação. Para tanto, ele destaca o princípio da recursividade introduzido por Sócrates como fundamental para a noção atual de informação. Destaca também, o conceito de mensagem, e em especial as mensagens digitais e o perigo de restringir o conceito de informação apenas como recurso necessário para a transmissão de mensagens.

Em se tratando do documento, Paul Otlet o compreende como “o suporte de uma certa matéria e dimensão [...] ao qual são apresentados os signos representativos de dados intelectuais”. (OTLET, 1989, p. 211, tradução nossa).

Já Meyrat (1981, p. 143, tradução nossa) define documento como um “objeto que suporta a informação, que serve para comunicá-la, e que é durável”. Nessa definição, é possível identificar dois aspectos intrínsecos: um que trata o documento como suporte em sua dimensão material, e o outro que o insere no processo comunicacional, a partir do conteúdo que ele porta, ou seja, a informação.

Desta forma, é no âmbito da Ciência da Informação que a informação e o documento ocupam lugar de destaque por estarem presentes no processo comunicacional. Para gerar conhecimento, a informação requer que alguém lhe dê sentido, lhe transforme de um estado latente para um estado ativo propício à apropriação de conteúdos. Esse processo, que se dá por meio da comunicação, realiza-se a partir de mecanismos que são capazes de promover a mediação da informação, daquele que a criou para aquele que dela necessita. Analisando sobre esse ponto de vista, vê-se a importância do profissional da informação e da biblioteca universitária na construção do conhecimento individual e coletivo por meio da mediação documentária, a qual será explorada conceitualmente a seguir.



2.2 Mediação Documentária

A mediação implica em intervenção, e aparece nos dicionários ligada ao ato ou efeito de mediar, termo também utilizado no jargão do Direito para significar as situações que envolvem intervenção judicial.

Na Ciência da Informação, a discussão sobre a mediação tem se inserido no bojo das mudanças pelas quais esse campo vem observando, principalmente relativas às preocupações de profissionais e pesquisadores com os estudos de usuários. Essas mudanças, segundo Couzinet, convergem para a análise de vários aspectos, como a formação profissional, o fortalecimento das associações profissionais e dos veículos de difusão das pesquisas, dentre eles as revistas científicas, como espaços de mediação híbrida onde circulam profissionais e pesquisadores em busca de fortalecimento para suas atividades. Observa-se, assim, uma mudança de paradigma, o qual caminha agora para identificar o usuário como ator no seu contexto de aprendizagem e pesquisa, transpondo-se um paradigma centrado no sistema propriamente dito para outro paradigma orientado para o indivíduo, destacando a capacidade do usuário em selecionar a informação e tratá-la, e relacioná-la com outro conjunto de conhecimentos, e por fim, construir sua própria cultura da informação. (COUZINET, 2008).

Uma das correntes que trata sobre a mediação foi fundada por Reuven Feuerstein. Para ele, a mediação ocorre a partir de um processo de interação entre o mediador e o mediado, mas levando em consideração os aspectos cognitivos que envolvem esses dois sujeitos, integrando as experiências de mundo, mas também a aprendizagem mediada. Conforme Souza:

A aprendizagem mediada é o caminho pelo qual os estímulos são transformados pelo mediador, guiado por suas intenções, intuições, emoções e cultura. O mediador seleciona os estímulos mais apropriados, filtra-os, elabora esquemas, amplia alguns, ignora outros. É por meio desse processo de mediação que a estrutura cognitiva da criança adquire padrões de comportamento que determinarão sua capacidade de ser modificada. (SOUZA, 2004, p.41)

Ampliando a proposta de aprendizagem Piagetiana, a qual é considerada como “aprendizagem direta” por ocorrer a partir da resposta do homem aos estímulos do ambiente de maneira incidental, Feuerstein propõe um esquema de aprendizagem não incidental, que parte da relação interpessoal entre os sujeitos, onde o mediador possui um papel primordial na experiência de aprendizagem do mediado, pois ele “[...] seleciona, assinala, organiza e planeja o aparecimento do estímulo, de acordo com a situação estabelecida por ele e com a meta de



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG

XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

interação desejada.”. (SOUZA, 2004, p.40).

No esquema que Feuerstein propõe para a mediação, “[...] o mediador aparece em dois momentos: primeiramente entre o estímulo (S) e o organismo (O) e depois entre o organismo (O) e a resposta (R)”. Desse modo, a mediação combina as experiências adquiridas com a interação ao ambiente, mas também é decorrente da aprendizagem mediada. (SOUZA, 2004, p.39)

Essa aprendizagem pode ser desenvolvida em diferentes ambientes, assim como nas bibliotecas, onde a interação do bibliotecário com o usuário se faz necessária para a plena disseminação da informação, papel preponderante na atuação desse profissional.

Régimbau (2011) descreve a mediação como um dos conceitos fundamentais do domínio da Ciência da Informação, como uma conjunção de etapas utilizadas no processo de recuperação da informação. Ampliando a noção que considera a mediação como um movimento mecânico entre emissor e receptor, o autor explora o conceito de mediação documentária, sublinhando que ele é compreendido no processo de comunicação e que ele tem por objeto o utilizador, as ideias, o contexto técnico, o conteúdo e a prática (social e econômica). Neste sentido, ele explica a importância de Otlet a partir de 1934, o qual deu ao documento seu valor social.

Tratando a informação em sua esfera documentária, Courbières destaca que a abordagem documentária na Ciência da Informação não se constrói dissociando-se a noção de signo e significado que envolve a informação, mas envolve a representação que permeia o processo de comunicação documentária, o qual é capaz de transformar a informação midiática, mesmo em sua interface virtual, em informação especializada. (COURBIÈRES, 2010)

Esses autores e outros, que têm lançado seu olhar sobre o documento e sua função social, estabelecem uma ligação direta com a mediação. Assim, o papel do profissional da informação é colocado em evidência por sua capacidade de conduzir, por meio de sua prática profissional, o processo de mediação.

Como a mediação documentária intervém na formação dos usuários das bibliotecas universitárias? Podemos perceber práticas de mediação diferentes entre Brasil e França? Para responder a essas questões é preciso definir o contexto no qual ela se desenvolve nesses dois países e definir como esse assunto será explorado.



2.3 Bibliotecas universitárias

Ao longo da sua história, as bibliotecas foram evoluindo e adaptando-se às mudanças que estabeleceram suas características e seu papel social. Elas estão ligadas historicamente ao desenvolvimento humano e social, e neste sentido também exercem uma importante tarefa para a mediação da informação, acompanhando não apenas a evolução da produção escrita e da circulação do conhecimento, mas também a evolução tecnológica que favorece o processo comunicacional.

No âmbito das bibliotecas, as classificações são variadas, e dentre elas estão as bibliotecas universitárias. Elas são ligadas a instituições de ensino superior, e estão voltadas a atender às necessidades de todos os membros da comunidade acadêmica da qual fazem parte, mas num processo dinâmico, onde cada uma de suas atividades não é desenvolvida de maneira estática e mecânica, mas com o intuito de agir interativamente para ampliar o acesso à informação e contribuir para a missão da universidade.

Segundo Otlet uma biblioteca universitária se destina aos estudantes, aos professores, aos especialistas e aos pesquisadores. Além delas, as bibliotecas científicas se organizam dentro de institutos de pesquisa. (OTLET, 1989, p.341, tradução nossa).

As bibliotecas universitárias foram sendo criadas à medida que as primeiras universidades foram surgindo desde o fim do século XI, tais como as de Bolonha, Paris e Oxford. Porém, segundo Barbier (2013, p. 88), elas não forneciam os serviços necessários aos alunos e mestres, que muitas vezes usavam as bibliotecas das abadias e das escolas monásticas, como as bibliotecas das ordens dos Dominicanos e dos Franciscanos, a fim de atender suas necessidades.

Segundo Santos, Gomes e Duarte, a biblioteca é um espaço de interação, próprio para o desenvolvimento intelectual dos membros da comunidade acadêmica na medida em que:

[...] favorece o processo dialógico entre sujeitos, seja em um mesmo momento histórico, com os debates e trocas de informações que podem ocorrer em seus espaços físicos e/ou virtuais, ou ainda em tempos históricos distintos, quando os usuários da informação têm acesso aos conhecimentos registrados. (SANTOS; GOMES; DUARTE, 2014)

Nesta perspectiva, as bibliotecas universitárias favorecem a aprendizagem dos estudantes, não apenas oferecendo o conhecimento que está acumulado nos diversos documentos os quais ela administra, mas também a partir de ações concretas que visam otimizar o desenvolvimento de estudantes e de equipes de pesquisadores no espaço informacional, através de ações de ensino e aprendizagem.



Santos destaca que as bibliotecas universitárias funcionam mais do que simples espaços de busca de informação, mas em todas as etapas de sua atividade está implícito o objetivo de “favorecer o crescimento social e cognitivo dos sujeitos”. Desta forma, seja através da organização, representação, disseminação e uso da informação, as bibliotecas universitárias facilitam o acesso à informação e contribuem para que os sujeitos que a buscam possam se apropriar dos recursos informacionais que ela gerencia. (SANTOS, 2012).

3 Materiais e Métodos

Este trabalho apresenta uma pesquisa de doutorado sanduíche que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA) e no Laboratório de Estudos e de Pesquisa Aplicada em Ciências Sociais da Universidade e do Instituto de Tecnologia Paul Sabatier (LERASS/UPS-IUT).

Caracteriza-se como pesquisa exploratória e documental, que se utiliza nesta fase de documentos escritos, primários e secundários, consultados em bases de dados e centros de documentação no Brasil e na França.

Prevê a realização de entrevistas em Serviços Comuns de Documentação na França e a aplicação, posterior, de questionários junto às bibliotecas universitárias brasileiras.

4 Resultados Parciais

4.1 Contexto das bibliotecas universitárias francesas

A tradição francesa para as bibliotecas ligadas às universidades data do antigo regime. Todavia, a expressão “biblioteca universitária” foi utilizada a partir do século XIX e seus primeiros regulamentos foram estabelecidos em 1855.

Segundo Casseyre e Gaillard, as primeiras bibliotecas universitárias francesas foram oficialmente criadas por decisão ministerial de 18 de março de 1855, que instituiu uma biblioteca central em cada universidade, denominada de biblioteca da academia, e com o objetivo de reagrupar em um só espaço as bibliotecas especiais das diferentes faculdades. Em 1886, outra decisão ministerial substituiu a anterior prevendo a criação de um regulamento geral das bibliotecas universitárias, cujo texto contemplava seu orçamento, a comissão da biblioteca, o regime de aquisições, o serviço de leitura, o empréstimo a domicílio e entre bibliotecas. Tais características forneceram as bases para as bibliotecas universitárias ao longo do século XX, até 1962. (CASSEYRE; GAILLARD, 1992, p.7-8)



Em 1945, ano da criação da *Direction des bibliothèques de France et de la lecture publique* (DBLP), o gerenciamento das bibliotecas passou a ser realizado por um escritório da Direção de Ensino Superior, e a DBLP disponibilizava os meios e pessoal responsáveis por desenvolver uma política no domínio das bibliotecas e da leitura pública. (CASSEYRE; GAILLARD, 1992, p.8)

Em 1968, a Lei Faure (n. 68-978 de 12 de novembro de 1968) promoveu uma reforma no âmbito das universidades, onde foi priorizada a autonomia universitária e criado o Conselho Universitário, do qual passaram a participar representantes dos estudantes, dos técnicos, e outros membros da comunidade universitária interna e externa. Essa lei favoreceu igualmente a integração das atividades de ensino e de pesquisa. Para atingir seus objetivos de elaboração e transmissão do conhecimento, do desenvolvimento da pesquisa e da formação dos homens, as universidades deveriam oferecer condições para gestão dos Serviços Comuns (SC) em diferentes unidades de ensino e pesquisa. Tais serviços estavam diretamente relacionados com as bibliotecas universitárias e foram alvo de mudanças realizadas posteriormente pela Lei Savary. (FRANCE, 1968)

A lei Savary n. 84-52 de 26 de janeiro de 1984 foi marcada pela criação da noção de serviço público de ensino superior que visou reagrupar os diferentes cursos e fixar quatro missões: formação inicial e contínua, pesquisa científica, difusão da cultura científica e técnica, cooperação internacional. Nela também se constata a ênfase na organização de Serviços Comuns, que sejam capazes de assegurar a organização das bibliotecas e dos centros de documentação nas universidades, o desenvolvimento da formação permanente, o acolhimento, a informação e orientação dos estudantes, além da exploração de atividades industriais e comerciais. (FRANCE, 1984).

Mas, tratando-se especificamente das bibliotecas universitárias francesas, dois decretos são importantes: o decreto 85-694 de 4 de julho de 1985 e o decreto 2011-996 de 23 de agosto de 2011. O primeiro, baseado na lei Savary, estabeleceu os parâmetros da atividade do Serviço Comum de Documentação (SCD), criado por deliberação estatutária do Conselho de Administração da Universidade a fim de colocar em prática a política documentária do estabelecimento. O segundo decreto, referindo-se ao Código de Educação, prevê que as bibliotecas universitárias contribuam para as atividades de formação e de pesquisa do ensino superior. As bibliotecas universitárias devem, assim, colocar em prática a política documentária da instituição e, por conseguinte, preocupar-se não somente com o acolhimento dos usuários, mas também em adquirir, gerir e transmitir os documentos e os recursos de



informação ao seu público. (FRANCE, 2010, 2011)

Além disso, elas devem permitir o desenvolvimento dos recursos documentários digitais, incentivar aos usuários a participar de atividades culturais, científicas e técnicas da universidade, promover a cooperação entre as bibliotecas e formar os usuários para utilização de novas técnicas de acesso à informação científica e técnica.

Porém, um dos documentos mais impactantes para a modernização das bibliotecas universitárias francesas é o relatório conhecido como *Rapport Miquel*, originalmente denominado “*Les bibliothèques universitaires*” e publicado em 1989 a partir do trabalho de uma comissão dirigida por André Miquel¹ e endereçado ao Ministro da Educação Superior Lionel Jospin durante o governo de François Mitterrand, cuja política mostrava-se a favor das bibliotecas universitárias e da construção da futura Biblioteca Nacional da França.

Neste documento, destaca-se a situação caótica na qual se encontravam as bibliotecas universitárias francesas, considerando-se que havia problemas generalizados e de toda ordem, principalmente relacionados aos baixos investimentos orçamentários, à carência em relação à aquisição de obras e formação de coleções, ao quantitativo de pessoal por estudante, aos horários de abertura das bibliotecas, e espaços disponíveis por estudante. “*La situation d’ensemble des bibliothèques universitaires s’est extrêmement dégradée : saturation complète des capacités d’accueil, fonctionnement des services de plus en plus fondé sur des expédients, horaires d’ouverture très insuffisants*”. (NEZET, 2009).

Todos os problemas que foram detectados pela comissão demonstravam o atraso em que a França se encontrava em relação a outros países europeus e demandavam medidas urgentes que pudessem reverter essa situação no curto prazo. Porém, mesmo com a implantação de planos de construção de bibliotecas ao longo da última década do século XX e a partir do século XXI (alguns desses planos denominavam-se U2000), observava-se ainda um progresso lento (NEZET, 2009). Essas observações foram decisivas para a modernização das bibliotecas universitárias francesas, como será analisado mais adiante.

Uma tipologia particular é atribuída às bibliotecas universitárias francesas. Assim, conforme o Decreto n. 2011-996, art. 4, “toda biblioteca ou todo centro de documentação da universidade tem vocação a ser integrado em um serviço comum”. Isso significa que nas instituições de ensino superior, uma biblioteca é dita **integrada** ao SCD se seu pessoal e seu orçamento dependem diretamente deste serviço, e por consequência, da universidade.

¹ André Miquel era historiador e recebeu de Leonel Jospin a missão de coordenar uma comissão de universitários e profissionais das bibliotecas para realizar um panorama da situação das bibliotecas universitárias francesas e propor soluções aos problemas encontrados. (NEZET, 2009)



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG
XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

(FRANCE, 2011)

Segundo o mesmo artigo do decreto 2011-996, os outros centros de documentação da universidade que não são a ela integrados são considerados **associados** ao serviço comum (SCD). Assim, uma biblioteca associada participa do SCD e de sua política documentária para acesso a suas coleções e seu catálogo comum, mas depende de um componente da universidade, que pode ser um instituto de pesquisa ou um laboratório. (FRANCE, 2011)

4.2 Contexto da Biblioteca Universitária Brasileira

No Brasil, a evolução educacional é marcada pela influência advinda da colonização portuguesa, assim como das correntes pedagógicas que foram se adaptando à realidade da sociedade brasileira ao longo do tempo. A legislação educacional, acompanhando essa dinâmica, moldou no século XX o modelo educacional brasileiro, que hoje se apresenta a partir da oferta de cursos em todo o território nacional, seja em nível de ensino básico, que compreende o ensino infantil, fundamental e médio, ou do ensino superior, englobando a graduação e a pós-graduação.

As bibliotecas começaram a ser criadas no Brasil a partir do período colonial nos colégios dos jesuítas. A chegada da família real Portuguesa em 1808 ao Rio de Janeiro marcou um período importante: o príncipe D. João VI trouxe consigo a Biblioteca Real Portuguesa, instalando-a no Rio de Janeiro, criando, assim, a primeira biblioteca real do Brasil, atualmente conhecida como Biblioteca Nacional (BN), assim como as academias de ensino superior, que visavam atender às necessidades de pessoas para ocupar os cargos públicos. Para formação de seu quadro profissional, organizou-se em 1911 na BN o primeiro curso para formação de bibliotecários no Brasil.

Ao longo do século XX várias iniciativas foram tomadas visando a elevar o nível de formação educacional brasileiro como um dos projetos da república. Assim, foram empreendidas reformas educacionais que visavam aumentar o nível de instrução da população e para isso foram criadas as primeiras universidades, a exemplo da Universidade de Manaus em 1909 e da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, a qual passou a denominar-se Universidade do Brasil em 1937, e com elas a criação de suas bibliotecas universitárias.

Uma maior expansão das Bibliotecas Universitárias deu-se a partir do final da década de 1960 quando ocorreu também o boom da criação de muitas universidades a partir da junção de faculdades isoladas. Elas passaram a constituir-se como bibliotecas centrais, e



absorveram os acervos das bibliotecas de cada faculdade dispostos num grande prédio, mas ao longo do tempo, nesse processo de desenvolvimento e crescimento, passaram igualmente a enfrentar problemas estruturais, tais como a falta de estrutura física e administrativa, a falta de profissionais capacitados para desenvolvimento dos processos técnicos, principalmente relativos aos serviços de seleção e referência, dentre outras (MIRANDA, 2006).

Ao fim do século XX, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), em seu Capítulo IV, trata dos objetivos, modalidades e critérios relativos ao ensino superior, destacando que ele deve “encorajar o trabalho de pesquisa e investigação científica visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e assim desenvolver uma compreensão de homem e do meio onde ele vive”. Para atender esse objetivo, dentre outros, os estabelecimentos de ensino superior, públicos e privados, deveriam organizar suas bibliotecas mantendo-as à disposição da comunidade acadêmica, e por isso, a contribuição da biblioteca para a missão da universidade colocou-se em ordem de relação direta.

Assim, observa-se que as bibliotecas universitárias têm um papel importante na difusão do conhecimento, na ampliação do acesso à informação e no apoio à promoção do ensino e da pesquisa.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), criado por Decreto Presidencial n.520 de 13 de maio de 1992 como um órgão subordinado diretamente a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), define a biblioteca universitária como uma instituição ligada a uma unidade de ensino superior, seja pública ou privada, com o objetivo de “apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços. Atende alunos, professores, pesquisadores e a comunidade acadêmica em geral.”. (SNBP, s/d)

Conforme Anzolim e Serman (2006), a biblioteca universitária é um órgão que atua em instituições de ensino superior com a finalidade de oferecer “suporte informacional, complementando as atividades curriculares dos cursos, oferecendo recursos para facilitar a pesquisa científica”.

A Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) é responsável no Brasil por organizar um banco de dados com informações relativas às bibliotecas universitárias brasileiras. Ela foi criada em 1987 durante a realização do V Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), após algumas tentativas institucionais de criação de organismos exclusivamente voltados para o debate a respeito da Biblioteca Universitária, tais como o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), em 1986, e o Programa



Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (PROBIB), ambos extintos em 1995. (RUSSO, 2003).

A CBBU, vinculada à Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), possui como missão “a elaboração de diagnósticos da situação das BUs brasileiras, com a finalidade de mapear suas características e disponibilidades visando à intensificação de intercâmbio e de programas cooperativos entre elas.”. (RUSSO, 2003). Para tanto, ela organiza uma base de dados denominada BIBES, a qual disponibiliza atualmente uma relação de 606 bibliotecas universitárias, desde bibliotecas centrais ou setoriais de instituições de ensino federais, estaduais, institutos federais de tecnologia, vinculados às universidades públicas ou privadas.

As bibliotecas universitárias são organizadas e dirigidas por bibliotecários, bacharéis em Biblioteconomia formados em instituições de ensino superior brasileiras, conforme a Lei Nº 9.674, de 25 de Junho de 1998 (BRASIL, 1998), e seu acervo é construído visando atender às demandas de informação para produção de conhecimento pelos diferentes agentes, sejam professores, pesquisadores, alunos da graduação ou da pós-graduação.

Cada Biblioteca Universitária, seja pública ou privada, organiza-se usando como parâmetro os critérios de avaliação institucional definidos pelo Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES) criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004). Trata-se de um sistema responsável pela avaliação das instituições, cursos e estudantes do ensino superior, considerando os aspectos que giram em torno de eixos principais, tais como o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações. Ele avalia, também, as bibliotecas universitárias, onde são observados critérios como recursos humanos, política de coleções, estrutura física, recursos de informação e comunicação, serviços aos usuários, dentre outros aspectos.

Carvalho (2008) analisou o perfil de 96 bibliotecas universitárias brasileiras e concluiu que a maioria dessas unidades a nível nacional adota uma postura democrática de atendimento a usuários, porém ainda possui muitos entraves a serem superados, como o quantitativo de recursos humanos, pois apesar da maior parte possuir o mínimo de 4 bibliotecários para cada grupo de 10.000 alunos, há muitas bibliotecas com apenas um profissional, o que representa uma preocupação para o desenvolvimento contínuo dos serviços dessas unidades. Dentre esses serviços está a educação de usuários, pois alguns problemas são apontados pelos gestores das bibliotecas como obstáculos tais como a insuficiência de recursos humanos para



dar conta de atividades de aprendizagem junto ao público.

Outrossim, discute-se não apenas o aspecto quantitativo, mas o papel social do bibliotecário na sociedade da informação, assim como as competências que ele deve desenvolver para trabalhar eficazmente com a mediação. Trata-se, conforme Carvalho (2002), de um “humano multifacetado”, cuja formação exige um perfil adequado à transformação no mundo do trabalho e às exigências de mercado, que alteraram sobremaneira a caracterização desse profissional, em especial com a difusão das tecnologias da informação.

Observa-se que ainda são muitos os desafios que vivenciam as bibliotecas universitárias, considerando-se que as discussões desenvolvidas nas esferas acadêmica e profissional nem sempre encontram eco junto aos poderes públicos, tanto em relação a investimentos como a continuidade de políticas públicas que deem maior suporte às bibliotecas universitárias.

5 Considerações Parciais

Após esta breve descrição da história e das características das bibliotecas universitárias brasileiras e francesas, é possível identificar as similitudes e as diferenças. O denominador comum é a localização em um estabelecimento de ensino e pesquisa, donde sua missão é fornecer as informações necessárias ao desenvolvimento das atividades de base da comunidade universitária.

Pode-se, neste estado exploratório, precisar alguns parâmetros a observar. Entretanto, os documentos disponíveis nos dois países não são idênticos. Para a França um relatório encomendado pelo Ministério do Ensino Superior e da pesquisa, publicado em janeiro de 2010, apresenta os resultados de um estudo comparativo conduzido entre 26 bibliotecas universitárias. O corpus estudado se divide da seguinte maneira: 14 bibliotecas são estrangeiras (11 da Europa, 2 dos Estados Unidos e 1 do Canadá) e 13 são francesas. O objetivo desse estudo era analisar como a avaliação pode se inserir na avaliação internacional das universidades. Foram analisados, a partir desse estudo de caso, aspectos diversos tais como os meios a disposição, os serviços propostos e as estratégias. Pode-se dizer, em resumo, que as despesas destinadas pelas universidades a sua biblioteca variam de 1,5 a 6,5% de seu orçamento total. Para algumas, o destaque em relação às despesas documentárias quanto ao volume de aquisições mostra que esta não é uma despesa prioritária. Por exemplo, no caso das bibliotecas francesas da Universidade de Sorbonne e da Biblioteca Nacional e Universitária de Strasbourg, não mais de 100 euros por ano e por estudante são destinados. (FRANCE,



2010)

Porém, muitas questões ainda restam postas: qual o orçamento que as grandes universidades do Brasil, país emergente, reservam a suas bibliotecas? Como esse orçamento é dividido entre elas? Pode-se comparar os modos de funcionamento das bibliotecas universitárias entre os dois países? Como os profissionais são formados para sua missão? Como eles a preenchem? Além das denominações, bibliotecário, técnico de biblioteca, documentalista, quais especialidades recobrem cada estatuto? Sabe-se, por exemplo, que existe na França uma divisão entre o bibliotecário, mais voltado para a conservação, e o documentalista, mais voltado para a indústria, a pesquisa e a formação. Como essas diferenças se traduzem na função profissional no Brasil? Quem se encarrega e como é desenvolvida a formação dos usuários?

Pode-se dizer que este tema, tal como se apresenta, em sua dimensão comparativa, é rico de questionamentos. É possível interrogar o modelo francês e o brasileiro a fim de perceber o que os diferencia e lhes dá sua identidade própria. Assim, pode-se definir como hipótese geral que a maneira de integrar a biblioteca ao seio da universidade, se ela é ligada a condições financeiras, depende da história e da cultura universitária na qual ela se insere. Percebe-se que ela está fortemente dependente do contexto nacional, entendido como seu desenvolvimento econômico e demográfico e precisa de capacidades de adaptação importantes. Isso tem consequências sobre a formação dos profissionais e sobre sua implicação para a mediação e a formação dos usuários. É possível analisar que agora o bibliotecário pode ser considerado como um ator importante na formação dos estudantes e que sua preparação deve estar voltada para uma sociedade de matriz informacional e de compartilhamento de saberes. São as hipóteses que estão ainda em análise.

6 Referências

ANZOLIN, Heloisa Helena; SERMANN, Lucia Izabel C. Biblioteca universitária na era planetária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. p.1-14.

BARBIER, Frédéric. **Histoire des bibliothèques**: d'Alexandrie aux bibliothèques virtuelles. Paris: Armand Colin: 2013.

BRASIL. Lei 4.084 de 30 de junho 1962. **Regulamenta a profissão de bibliotecário**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. Lei Nº 9.394, de 20 dezembro 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.



_____. Lei 9.674 25 de junho 1998. **Regulamenta a profissão de bibliotecário e aborda outras questões**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9674.htm. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. LEi Nº 10.861, de 14 abril 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 14 mar. 2014.

CACALY, Serge et al. **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Natha, 1997.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. **Analele stiinfice de Encuentro internacional de expertos em teorías de la información**, [2008, S.1.]. Disponível em: <http://www.capurrode/home-span.html>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CARVALHO, Fernanda Cordeiro de. **Educação e estudo de usuários em bibliotecas universitárias brasileiras**: abordagem centrada nas competências em informação. 2008. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Distrito Federal.

CARVALHO, Kátia de. O profissional da informação: o humano multifacetado. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, v.3, n.5, out. 2002.

CASSEYRE, Jean-Pierre; GAILLARD, Catherine. **Les bibliothèques universitaires**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

COULON, Alain. Contribution de l'enseignement de Méthologie documentaire à l'apprentissage du métier d'étudiant. In : **l'Évaluation des enseignements de Méthodologie documentaire à l'Université de Paris VIII**. Paris : l'Université de Paris VIII, laboratoire de recherche ethnométhodologique, 1993. p.87-99.

COURBIÈRES, Cécile. Sphères et parcours discutifs de l'information : les frontières documentaires. In: PREMIÈRE JOURNÉE SCIENTIFIQUE INTERNACIONALE ORGANISÉE PAR L'ÉQUIPE DE RECHERCHE MÉDIATIONS EN INFORMATION-COMMUNICATION SPÉCIALISÉE (MICS) DU LABORATOIRE D'ÉTUDES ET DE RECHERCHES APPLIQUÉES EN SCIENCES SOCIALES (LERASS), **Actes...** Université d'Avignon et des Pays du Vaucluse, mars 2010.

COUZINET, Viviane. Vers une « société du savoir »: approche ethno-informationnelle de la « culture de l'information ». **Analele stiintifice ale universitatii Alexandru Ioan Cuza din Iasi** [Annales scientifiques de l'université de Iasi, Roumanie], Tome 1, oct. 2008. p.83-98.

FRANCE. Ministère de l'enseignement supérieur et de la recherche. **Loi Faure n°68-978 du 12 novembre 1968 sur l'enseignement supérieur**, 1968.

_____. Ministère de l'enseignement supérieur et de la recherche. **Loi n°84-52 du 26 janvier 1984 sur l'enseignement supérieur**, Version consolidée au 22 juin 2000.

_____. Ministère de l'éducation nationale. **Décret n°85-694 du 4 juillet 1985 sur les services de la documentation des établissements d'enseignement supérieur relevant du ministre de l'éducation nationale**, 1985.

_____. Ministère de l'enseignement supérieur et de la recherche. **Décret n° 2011-996 du 23 août 2011 relatif aux bibliothèques et autres structures de documentation des établissements d'enseignement supérieur créées sous forme de services communs**, 2011.

_____. Ministère de l'enseignement supérieur et de la recherche. **Comparaison internationale de bibliothèques universitaires**: étude de cas. Rapport à Madame la Ministre de l'Enseignement supérieur, n°2009-0017 janvier 2010, 92 p.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. **Shéma et schematisation**, n.14, p. 51-63, 1981.

MIRANDA, Antonio. **Biblioteca universitária no Brasil**: reflexões sobre a problemática. 2006. Disponível em:



SNBU 2014

Belo Horizonte - MG

XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

<http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/BIBLIOTECA_UNIVERSITARIA.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.

NEZET, Roman le. Le rapport Miquel sur lês bibliothèques universitaires : retour sur un constat sans concession. **Bulletin des bibliothecaires du France**, n. 3, T.54, 2009.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**. Le livre sur le livre. 2. ed. Liège: Centre de lecture publique de la communauté française de Belgique, 1989.

RÉGIMBEAU, Gerard. Médiation. In: GARDIÈS, Cécile et al. **Approche de l'information-documentation, concepts fondateurs**. Toulouse: Cépaduès, 2011. p.75-115.

RUSSO, Mariza. **A biblioteca universitária no cenário brasileiro**. 2003. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/387/1/A%20BIBLIOTECA%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20NO%20CEN%C3%81RIO%20BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

SANTOS, Raquel do Rosário. **Espaço virtual e a comunicação com os usuários para a mediação da informação**: utilização pelas bibliotecas das universidades federais e estaduais brasileiras. 2012. 248 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação, Salvador.

SANTOS, Raquel do Rosário; GOMES, Henriette Ferreira; DUARTE, Emeide Nóbrega. O papel da biblioteca universitária como mediadora da informação para construção de conhecimento coletivo. **DataGramaZero**, Revista de Informação, v.15, n.2, art. 04, abr. 2014. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr14/F_I_art.htm. Acesso em: 18 abr. 2014.

SENIÉ-DEMEURISE, Josiane; COUZINET, Viviane. Information. In: GARDIÈS, Cécile et al. **Approche de l'information-documentation, concepts fondateurs**. Toulouse: Cépaduès, 2011.p.20-35.

SNBP. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <http://snbp.bn.br/tipos-de-bibliotecas/>. Acesso em: 14 mar. 2014.

SOUZA, Ana Maria Martins de. **A mediação como princípio educacional**: bases teóricas das abordagens de Reuven Feuerstein. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.